

**PORTARIA Nº 221, DE 24 DE SETEMBRO DE 2007**

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2007, na forma do anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**WALTON ALENCAR RODRIGUES**

## ANEXO

UNIÃO – PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2006 A AGOSTO DE 2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Set/2006 a Ago/2007		
	Liquidadas	RP não Processados <sup>2</sup>	TOTAL
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>994.576</b>	<b>8.846</b>	<b>1.003.422</b>
Pessoal Ativo	608.176	3.307	611.483
Pessoal Inativo e Pensionistas	386.400	5.539	391.939
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1.º da LRF)	0	0	0
<b>(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1.º da LRF) (II)</b>	<b>295.421</b>	<b>0</b>	<b>295.421</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	89.345	0	89.345
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados <sup>1</sup>	206.076	0	206.076
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (III) = (I - II)</b>	<b>699.155</b>	<b>8.846</b>	<b>708.001</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)</b>	<b>362.612.840</b>		
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (III/IV) * 100</b>	<b>0,195250%</b>		
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,4300%</b>	<b>1.559.235</b>		
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,4085%</b>	<b>1.481.273</b>		

Fonte: SIAFI 2006 e 2007, CONSULTORC, Portaria STN 619 de 18/09/2007 (RCL)

NOTAS: 1 – Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados corresponde às fontes de recursos 56 e 69;  
2 – Valores inscritos em restos a pagar não processados em 31/12/2006.

Sérgio Freitas de Almeida  
Secretário-Geral de Administração

Eduardo Duailibe Murici  
Secretário de Controle Interno

Ary Fernando Beirão  
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade